

BALANÇO ANUAL 2017

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 18.572.225/0001-88

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

Na tabela abaixo, em milhares de reais, os principais endividamentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

ENDIVIDAMENTO E CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO (em mil R\$)

BANCO	OPERAÇÃO	DÍVIDA TOTAL	TAXA MENSAL	Saldo	
				31/12/2017	31/12/2016
BNDES	Empréstimo ponte	702.089	TJLP + 2%	773.772	824.990
BB	Ponte	125.535	CDI + 2,5% a.a.	89.889	-
BDMG	Ponte	75.134	CDI + 2,5% a.a.	53.962	-
BDMG	Cédula Bancária	25.000	CDI + 5,25 a.a.	24.457	30.622
Santander	Finame	2.653	6% a.a.	2.653	-
Safrá Arrendamento Mercantil	Leasing	2.710	14,04% a.a.	80	592
TOTAL		933.121		944.813	856.204

d) Receita operacional líquida (-13,11%)

A receita operacional bruta da Companhia em 2017 é composta em 80,56%, pela arrecadação de pedágios e outras receitas, e 19,44% pela receita de construção. As receitas de pedágios estão sujeitas ao regime cumulativo e aos seguintes impostos, COFINS-3%, PIS-0,65% e ISS-5%, já as receitas acessórias são tributadas pelo regime não-cumulativo, representando COFINS-7,6%, PIS-1,65% e ISS de 5%. Estes impostos estão representados como deduções da receita bruta.

	2017	2016	Δ
Receita Operacional Bruta	478.532	550.734	-13,11%
Arrecadação de pedágio	385.482	350.691	9,92%
Receita de construção	93.050	200.043	-53,49%
Outras receitas	1.573	1.108	41,97%
Deduções da Receita Bruta	(33.344)	(30.335)	9,92%
Receita Operacional Líquida	446.761	521.507	-14,33%

e) Custos dos serviços prestados e de construção (-15,78%)

No exercício de 2017 houve um decréscimo de 15,78% em relação ao ano de 2016, impulsionado pela redução no custo de construção em 53,49% devido ao desaceleração do andamento das obras de ampliação e melhoria da capacidade da rodovia, principalmente pela duplicação, por conta da não contratação do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES. Para os custos dos serviços prestados, o aumento de 22,44% ocorreu devido à realização de serviços de recuperação do pavimento, sendo que até 2016 os mesmos eram capitalizados no ativo intangível.

	2017	2016	Δ
Custos Operacionais	(326.169)	(387.302)	-15,78%
Custo dos serviços prestados	235.477	192.326	22,44%
Custo de construção	90.692	194.976	-53,49%

f) Despesas operacionais (-3,24%)

Em 2017 as despesas operacionais geraram um decréscimo de 3,24% em relação a 2016.

	2017	2016	Δ
Despesas Operacionais	(31.927)	(32.996)	-3,24%
Despesas administrativas	(14.614)	(13.224)	10,51%
Salários e encargos sociais	(9.229)	(12.657)	-27,08%
Remuneração dos administradores	(3.928)	(3.300)	19,03%
Amortização	(4.156)	(3.815)	8,94%

g) Resultado financeiro

As receitas financeiras em 2017 se referem aos rendimentos de aplicações financeiras, bem como atualização monetária de impostos a recuperar. Com relação às despesas financeiras, ocorreu a provisão de multa e juros de inadimplência referente ao empréstimo ponte, vencido em 15 de dezembro de 2016, o que explica a variação entre os exercícios analisados.

	2017	2016	Δ
Resultado Financeiro	(195.030)	(146.080)	33,51%
Receitas financeiras	444	1.714	-74,10%
Despesas financeiras	(195.474)	(147.794)	32,26%

h) Lucro líquido do exercício (138,74%)

	2017	2016	Δ
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	(70.703)	(29.615)	138,74%
Constituição da Reserva Legal (5%)	-	-	-100%
Lucro (prejuízo) Base de Dividendos	(70.703)	(29.615)	138,74%
Reserva de retenção de lucro	-	-	-100%
Absorção de reserva de retenção de lucro	70.703	29.615	138,74%
Saldo à disposição dos acionistas	-	-	N/C

Goiânia-GO, 14 de março de 2018

Conselho de Administração

Carlo Alberto Bottarelli - Presidente do Conselho
 Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz - Conselheiro Efetivo
 Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho - Conselheira Efetiva
 João Villar Garcia - Conselheiro Efetivo

Diretoria Executiva Estatutária

Odenir José Sanches - Diretor Presidente
 Daniel Severo Amaral - Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
 Ricardo Junqueira Victorelli - Diretor de Operações

Contador

Fabiola Aleixo da Silva - CRC GO-023578/O-9

continua...

1. Aos acionistas

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra” ou “Companhia”) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. A Companhia

A Concebra é uma empresa 100% nacional, controlada pela Triunfo Participações e Investimentos, do ramo de Concessões de Rodovias. Administra 11 praças de pedágio e 24 SAUs em 1.176,5 km das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 que vão de Brasília (DF) até Betim (MG). Dentre os dados mais relevantes deste período da concessão está a retomada das obras de duplicação na BR-153 na região do município de Prata até o entroncamento com a BR-262 em Minas Gerais. Seguimos atuando norteados pelos princípios de excelência e com foco na satisfação do usuário. Satisfação que, em 2017, atingiu 83,6% e 65% de favorabilidade com os serviços e infraestrutura, respectivamente, conforme levantamento da EPP Pesquisas. Entre as ações de educação no trânsito, sociais e de comunicação destacamos as atividades durante o Maio Amarelo para conscientização de motoristas, Programa Na Mão Certa contra exploração sexual infantil em rodovias, Troco Solidário em parceria com a APAE Anápolis/GO, Tamo Junto na Estrada em prol dos motoristas profissionais e também a arrecadação de mais de uma tonelada de alimentos na Campanha Um Freio na Fome que beneficiou 12 entidades assistenciais.

No âmbito de atuação interno, o esforço em valorizar o capital humano da empresa foi reconhecido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-GO), que concedeu o 1º lugar do Prêmio Ser Humanos Goiás 2016 na categoria Melhores Práticas de Endomarketing. Outro acontecimento relevante foi a implementação, em caráter experimental, do Programa Gestão de Desempenho. Este modelo reflete a crença da Concebra na capacidade de desenvolvimento das pessoas e possibilita que profissionais de todos os níveis e áreas da empresa recebam mensagens claras, através de metas e indicadores, acerca do que é esperado deles, fazendo-os compreender como suas atividades diárias contribuem para o alcance dos objetivos do negócio.

3. Desempenho Econômico Financeiro

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, porém, para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, depende de algumas definições relacionadas à capacidade de financiamento do projeto que ainda estão em pauta de decisão na controladora. O endividamento considera os empréstimos e financiamentos contratados para financiar os investimentos previstos no Contrato de Concessão da Companhia.

O patrimônio líquido da Companhia foi de R\$329.007 em 31 de dezembro de 2017, comparativamente aos R\$373.210 registrados em 31 de dezembro de 2016. Representado por prejuízo fiscal gerado em 2017 de R\$70.703, houve adiantamento para futuro aumento de capital em 2017 de R\$26.500.

O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia), em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$944.813, e em 31 de dezembro de 2016 o saldo era de R\$856.204, em função dos juros incorridos sobre os recursos do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”). No dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$360.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, bem como o cross default dado pela inadimplência de empréstimo junto ao BNDES de coligada da controladora resultaram, após dois aditivos de prorrogação de prazo, no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Companhia. A dívida líquida da Companhia (composta por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia líquidas do caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras da Companhia) em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$929.029, e em 31 de dezembro de 2016 o saldo era de R\$850.816.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 2,82, a qual condiz com as características dos segmentos de operação da Companhia, enquanto em 31 de dezembro de 2016 a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 2,28.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital circulante líquido da Companhia foi negativo em R\$925.163 enquanto em 31 de dezembro de 2016 o saldo era negativo em R\$922.462, em função do empréstimo ponte com o BNDES que está no curto prazo, cujo vencimento ocorreu em 15 de dezembro de 2016, e consequentemente a inadimplência da Companhia.

Dado a não perspectiva de formalização do contrato de financiamento sob a modalidade de longo prazo, estruturado sob a forma de Project Finance, a Controladora da Companhia está buscando outras formas de funding do projeto, como o ingresso de novos sócios ou alienação de ativos disponíveis para venda que lhe permitirá honrar suas obrigações assumidas perante terceiros e a necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento de suas dívidas.

Os índices de liquidez corrente (representado por Ativo Circulante/Passivo Circulante) da Companhia, a qual em 31 de dezembro de 2017 e 2016 correspondeu, respectivamente, a 0,04 e 0,02.

b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro 2017 era composta de 21,0% de capital próprio e 79,0% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2016, era composta de 25,0% de capital próprio e 75,0% de capital de terceiros.

A diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida financeira líquida sobre o patrimônio líquido, está adequada para a natureza das atividades desenvolvidas. Entende-se por dívida nesse contexto, os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia.

c) Níveis de Endividamento e características das dívidas:

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.784	5.388
Clientes e operações a receber	5	15.025	8.051
Impostos a recuperar		177	128
Adiantamentos diversos	6	1.862	4.288
Despesas antecipadas	7	1.937	2.055
Outros créditos		1.100	-
		35.885	19.910
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	1.083	2.532
Depósito judicial		721	-
Adiantamento - partes relacionadas	8	-	2.651
Impostos e contribuições diferidos	23	68.672	30.778
Intangível	9	1.489.782	1.435.993
		1.560.258	1.471.954
Total do ativo		1.596.143	1.491.864
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	18.015	32.100
Empréstimos e financiamentos	11	853.870	855.612
Salários e obrigações trabalhistas	12	9.975	8.491
Obrigações fiscais	13	29.556	31.313
Arrendamento mercantil		2.078	495
Contas a pagar - partes relacionadas	8	42.897	10.031
Outras obrigações	14	4.657	4.331
		961.048	942.373
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	88.210	-
Arrendamento mercantil		655	96
Obrigações fiscais	13	-	11.511
Provisões para demandas judiciais	24	3.448	1.933
Provisão para manutenção	15	188.188	139.387
Impostos e contribuições diferidos	23	25.587	23.354
		306.088	176.281
Patrimônio líquido	16		
Capital social		380.000	380.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.700	200
Prejuízos acumulados		(77.693)	(6.990)
Total do patrimônio líquido		329.007	373.210
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.596.143	1.491.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) básico e diluído evidenciado por ação em reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas operacionais líquidas	17	445.188	520.399
Custo dos serviços prestados e de construção	18	(326.169)	(387.302)
Resultado bruto		119.019	133.097
Despesas operacionais, líquidas:			
Administrativas	19	(14.614)	(13.224)
Salários e encargos sociais	20	(9.229)	(12.657)
Amortização		(4.156)	(3.815)
Administradores	21	(3.928)	(3.300)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.573	1.108
		(30.354)	(31.888)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		88.665	101.209
Resultado financeiro, líquido:	22		
Receitas financeiras		444	1.714
Despesas financeiras		(195.474)	(147.794)
		(195.030)	(146.080)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(106.365)	(44.871)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	35.662	15.256
		35.662	15.256
Prejuízo do exercício		(70.703)	(29.615)
Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (em R\$)	16.b	(0,186)	(0,078)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(70.703)	(29.615)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(70.703)	(29.615)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	380.000	21.494	1.131	-	-	402.625
Adiantamento para futuro aumento de capital					200	200
Prejuízo do exercício	-	-	-	(29.615)	-	(29.615)
Absorção do prejuízo do exercício	-	(21.494)	(1.131)	22.625	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	380.000	-	-	(6.990)	200	373.210
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	26.500	26.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	(70.703)	-	(70.703)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	380.000	-	-	(77.693)	26.700	329.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(70.703)	(29.615)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Margem de construção	(2.358)	(5.067)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35.662)	(15.256)
Amortização	25.258	19.087
Provisão para manutenção e AVP	48.801	46.988
Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos	178.521	113.548
Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	5.512	6.369
Provisão para demandas judiciais	1.515	1.393
Variação nos ativos e passivos:		
Cliente e operações a receber	(6.974)	3.804
Adiantamento – partes relacionadas	-	21.807
Impostos a recuperar	(49)	(58)
Depósitos judiciais	(721)	-
Despesas antecipadas	1.567	(36)
Outros valores a receber	1.326	(883)
Fornecedores	(5.030)	(51.199)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.484	(167)
Obrigações fiscais	2.608	16.892
Contas a pagar partes relacionadas	4.656	5.760
Outras obrigações	350	478
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	150.101	133.845
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(62.873)	(113.849)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(62.873)	(113.849)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.500	200
Captações através de empréstimos e financiamentos	3.319	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(68.678)	(672)
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(28.750)	(31.344)
Partes relacionadas	(9.223)	12.000
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(76.832)	(19.816)
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	10.396	180
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.388	5.208
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.784	5.388
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	10.396	180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas	480.105	551.842
Receita de pedágio	385.482	350.691
Receita de construção	93.050	200.043
Outras receitas	1.573	1.108
Insumos adquiridos de terceiros	(280.682)	(350.320)
Custos dos serviços prestados	(177.978)	(144.293)
Custos de construção	(90.692)	(194.976)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.012)	(11.051)
Valor adicionado bruto	199.423	201.522
Amortização	(25.258)	(19.087)
Valor adicionado líquido consumido	174.165	182.435
Valor adicionado recebido em transferência	444	1.714
Receita financeira	444	1.714
Valor adicionado total a distribuir	174.609	184.149
Distribuição do valor adicionado	174.609	184.149
Pessoal	42.241	43.470
Remuneração direta	31.880	31.230
Benefícios	7.910	10.317
F.G.T.S.	2.451	1.923
Impostos, taxas e contribuições	4.805	20.641
Federais	(14.509)	3.064
Estaduais	31	35
Municipais	19.283	17.542
Remuneração de capitais de terceiros	198.266	149.653
Juros	195.474	147.794
Aluguéis	493	472
Outras	2.299	1.387
Lucro (prejuízo) do exercício	(70.703)	(29.615)
Lucro (prejuízo) do exercício	(70.703)	(29.615)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 30 de janeiro de 2013 através da denominação social de Diana Participações e Investimentos S.A., sendo alterada para atual "Concebra" em 7 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária. Com sede na cidade de Goiânia, Goiás, a Companhia pertence ao grupo TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

A assinatura do Termo de Arrolamento dos Bens da Concessão Rodoviária foi realizada em 5 de março de 2014, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Estes investimentos estão sendo financiados por empréstimos de curto e de longo prazo e aporte de capital dos acionistas. Em 21 de janeiro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., controladora da Concebra, aportou R\$261.000 para o projeto e no primeiro trimestre de 2015 aportou R\$119.000.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), a concessionária conta com 06 (seis) bases operacionais ao longo do trecho de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 (doze) primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes.

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta prejuízo no exercício de R\$70.703 e capital circulante negativo de R\$295.163, proveniente dos compromissos assumidos de empréstimos e financiamentos captados para os investimentos previstos no contrato de concessão. Conforme mencionado na Nota 11 a Companhia possui fiança corporativa, penhor, recebíveis e aval da Controladora como garantias do empréstimo.

No dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do

montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, bem como o *cross default* dado pela inadimplência de empréstimo junto ao BNDES de coligada da Controladora resultaram, após dois aditivos de prorrogação de prazo, no vencimento do empréstimo em 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Companhia.

Diante da perspectiva de não formalizar o contrato de financiamento sob a modalidade de longo prazo junto ao BNDES, a Controladora da Companhia está analisando a estruturação de formas alternativas de funding do projeto através do ingresso de novos sócios e/ou aumento de capital após alienação de ativos disponíveis para venda.

A Administração da Companhia e de sua Controladora entendem que estas ações contribuirão para a continuidade normal de suas operações e cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão.

Em 18 de setembro de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 800 que estabeleceu diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões de rodovias federais cujos contratos prevejam concentração de investimentos em seu período inicial. A Companhia se enquadra como elegível para adesão à MP e manifestou interesse através de ofício encaminhado à ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres em 02 de outubro de 2017. A adesão à reprogramação deverá ser feita de uma única vez dentro do prazo de 01 (um) ano da vigência da MP e o prazo máximo para reprogramação do cronograma de investimentos originalmente assumido será de quatorze anos, desde que haja a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contrato, por meio da aplicação de redutor tarifário após encerramento do novo cronograma de investimentos acordados, da redução do prazo de vigência do contrato ou combinação desses dois critérios, e condicionada à demonstração da sustentabilidade econômico-financeira do empreendimento até o final da vigência da concessão. A Companhia aguarda anuência da agência para adesão à MP e convocação para assinatura dos Termos Aditivo e de Reprogramação de Investimentos.

2. Bases de preparação

2.1. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente, elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Normas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia, estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e o Comitê de Normas de Contabilidade Financeira dos EUA (FASB) emitirão um conjunto de novas normas e interpretações durante o ano findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada destas normas é permitida para as entidades que apresentam suas demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS. A Companhia avaliou os efeitos decorrentes dos pronunciamentos, e definiu não ter impacto em suas demonstrações financeiras e divulgações. No período findo em 31 de dezembro de 2017, não foram emitidas outras normas, alterações e interpretações de normas além das que seguem:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Convergência do IASB (" <i>International Accounting Standards Board</i> ") e FASB (" <i>Financial Accounting Standards Board</i> ") sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamento Mercantil	Refere-se à definição e à orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS 17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Políticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, serão registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado são mensuradas e registradas baseada no estágio de conclusão da obra realizada em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os gastos com infraestrutura da concessão são contabilizados como custo da construção

na demonstração do resultado do exercício, servindo de base para a apuração da receita. Havendo terceirização de obras, a receita de construção é apurada com base na margem determinada, sendo calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

Receitas acessórias

Corresponderão às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas por tipo de receita	
	Pedágio	Demais receitas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%	5,00%

As receitas serão apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria MT nº 164 de 24 de abril de 2014 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Brasília nº 67 de 25 de junho de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de

um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem teve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

3.5. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

3.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes concededoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

1.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.10. Provisões**Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia sendo parte de processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, constituirá provisões para todos os processos judiciais, os quais são prováveis uma saída de recursos para liquidar as contingências/obrigações. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da probabilidade de advogados externos. As provisões serão revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.11. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo intangível e no passivo como arrendamento mercantil, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo intangível são amortizados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de arrendamento mercantil são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelo IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos vinte e sete anos (período remanescente do atual contrato de concessão) e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Natureza	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades (i)			12.602	2.568
Aplicações financeiras (ii)	60% a 62% do CDI	Aplicação automática	3.182	2.820
			15.784	5.388

(i) Os recursos referem-se substancialmente a montantes custodiados pela transportadora de valores.

(ii) Refere-se a aplicações financeiras de curto prazo, lastreadas ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Clientes e operações a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Arrecadação pedágio (i)		
Vale pedágio	975	1.217
Pedágio eletrônico	14.049	6.834
Uso da faixa de domínio	1	-
	15.025	8.051

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

6. Adiantamentos diversos

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos a fornecedores (i)	1.780	4.116
Adiantamentos a funcionários	82	172
	1.862	4.288

(i) A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para prestação de serviços e pagamento antecipado na compra de mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida que as mercadorias e serviços forem entregues e/ou prestados;

7. Despesas antecipadas

	31/12/2017	31/12/2016
Gastos com apólices de seguros (i)	3.009	4.020
Outros	11	567
	3.020	4.587
Circulante	1.937	2.055
Não circulante	1.083	2.532

(i) Seguros contratados para riscos operacionais e de engenharia, com vencimento variando entre um e seis anos sendo amortizados pelo prazo da vigência do contrato.

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Partes relacionadas	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo intangível	Fornecedores a pagar	Contas a pagar	Adiantamento contratual	Ativo intangível	Fornecedores a pagar
Construtora Triunfo S.A. (i)	74.824	10.918	-	-	78.892	60
Vessel - LOG Serviços de Engenharia S.A.	-	-	-	2.651	-	2.243
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (ii)	-	-	31.979	-	-	7.788
	74.824	10.918	31.979	2.651	78.892	60
				10.031		

i. Valores referentes a fornecimento de serviços e adiantamentos conforme previsto no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total ou mesmo outras alternativas de *funding* do projeto através do ingresso de novos sócios e/ou aumento de capital após alienação de ativos disponíveis para venda. O contrato possui o prazo de vigência de cinco anos. A Construtora Triunfo S.A. e a Companhia estão sob controle comum. A operação está coberta por carta de garantia fidejussória emitida pela THC – Triunfo Holding de Construções Ltda., controladora direta da Construtora Triunfo S.A..

ii. Valores referentes ao saldo de prejuízo fiscal transferido pela TPI para abatimento dos saldos de parcelamentos de impostos, no valor de R\$19.584, líquido do desconto da adesão, conforme mencionado na Nota Explicativa 13 e valores relacionados a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas da holding TPI, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas.

9. Intangível

	Intangível em serviço (ii)	Intangível em andamento (ii)	Provisão para manutenção	Adiantamentos a fornecedores (i)	Total
Saldo em 31/12/2015	962.557	150.762	68.954	150.329	1.332.602
Construções/aquisições	18.063	182.995	-	4.088	205.146
Compensações(iii)	-	-	-	(73.514)	(73.514)
Transferência	213.998	(213.998)	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	1.194.618	119.759	68.954	80.903	1.464.234
Construções/aquisições/adições	8.567	46.080	-	24.400	79.047
Compensações	-	53.492	-	(53.492)	-
Transferência	37.344	(61.850)	-	24.506	-
Saldo em 31/12/2017	1.240.529	157.481	68.954	76.317	1.543.281
Saldo em 31/12/2015	(9.154)	-	-	-	(9.154)
Amortização	(19.087)	-	-	-	(19.087)
Saldo em 31/12/2016	(28.241)	-	-	-	(28.241)
Amortização	(25.258)	-	-	-	(25.258)
Saldo em 31/12/2017	(53.499)	-	-	-	(53.499)
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2016	1.166.377	119.759	68.954	80.903	1.435.993
Saldo em 31/12/2017	1.187.030	157.481	68.954	76.317	1.489.782
Taxa de amortização	2% a 4,5% a.a.	-	-	-	-

(i) Os adiantamentos são representados principalmente por atendimento à cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$74.824 e outros fornecedores no montante de R\$1.493,;

(ii) Do montante de ativo intangível em serviço e em andamento, R\$700.610, são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A.;

(iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ocorreu a devolução dos valores adiantados para a Vessel-LOG no valor de R\$73.514, devido ao fim de suas operações, dos quais R\$54.000 foram devolvidos em moeda corrente e R\$19.514 através de cessão de créditos da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. A Companhia e a Vessel - LOG Serviços de Engenharia S.A. possuem a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. como controladora em comum.

O ativo intangível em serviço está assim representado:

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e faixas de acesso	Canteiro central, domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e infraestrutura de rádio comunicação	Sinalização	Outros ativos em serviço	Total
Saldo em 31/12/2015	531.173	261.698	59.953	44.786	4.578	27.445	32.924	962.557
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	18.063	18.063
Transferência/baixas	84.859	93.992	2.917	15.961	9.945	6.324	-	213.998
Saldo em 31/12/2016	616.032	355.690	62.870	60.747	14.523	33.769	50.987	1.194.618
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	8.567	8.567
Transferência	(4.331)	35.340	-	-	367	-	5.968	37.344
Saldo em 31/12/2017	611.701	391.030	62.870	60.747	14.890	33.769	65.522	1.240.529
Saldo em 31/12/2015	(3.621)	(1.784)	(409)	(305)	(31)	(187)	(2.817)	(9.154)
Amortização	(9.842)	(5.682)	(1.005)	(971)	(232)	(540)	(815)	(19.087)
Saldo em 31/12/2016	(13.463)	(7.466)	(1.414)	(1.276)	(263)	(727)	(3.632)	(28.241)
Amortização	(12.455)	(7.962)	(1.280)	(1.237)	(302)	(687)	(1.335)	(25.258)
Saldo em 31/12/2017	(25.918)	(15.428)	(2.694)	(2.513)	(565)	(1.414)	(4.967)	(53.499)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2016	602.569	348.224	61.456	59.471	14.260	33.042	47.355	1.166.377
Saldo em 31/12/2017	585.783	375.602	60.176	58.234	14.325	32.355	60.555	1.187.030

Como a Companhia tomou empréstimos e financiamentos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se às mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota 11.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados R\$4.175 (R\$39.653 até 31 de dezembro de 2016). Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos à análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio de tráfego, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

10. Fornecedores

Tipo de fornecedor	31/12/2017	31/12/2016
Construção civil	6.639	11.793
Aquisição de intangível	1.396	1.034
Manutenção de frota	1.045	1.464

Manutenção e conservação	198	741
Projetos	2.642	3.180
Serviços de operação	2.560	9.611
Serviços de transporte	110	576
Provisão para juros/multa de mora	1.804	2.768
Outros	1.621	933
	18.015	32.100

11. Empréstimos e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
BNDES (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	TJLP + 2% a.a.	Dez/2016	773.772	824.990
BB (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	89.889	-
BDMG (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	53.962	-
BDMG (Cédula bancária)	Aval controladora + recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	24.457	30.622
				942.080	855.612
Circulante				853.870	855.612
Não circulante				88.210	-

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados até a entrada em operação, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no intangível, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente nas obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (Nota 9).

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. Em 27 de março de 2015 houve o recebimento da segunda parcela no montante de R\$100.000, no dia 27 de maio de 2015 ocorreu a liberação da terceira parcela no montante de R\$160.000, a quarta parcela foi liberada em 29 de julho de 2015, no montante de R\$48.320, a quinta parcela no dia 14 de outubro de 2015, no valor de R\$13.001 e a sexta parcela no dia 16 de outubro de 2015, no valor de R\$68.162. O empréstimo ponte venceu no dia 15 de dezembro de 2016, conforme descrito na Nota Explicativa 1 e a Companhia encontra-se inadimplente. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants".

Em 02 de janeiro de 2017, o BNDES acionou as garantias das fianças bancárias emitidas pelo Banco do Brasil ("BB") e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") vinculados a liberação da 3ª tranche, no montante inicial de R\$160.000. Os valores foram honrados nos dias 05 e 10 de janeiro pelo BDMG e BB. Em 23 de janeiro de 2017, foi formalizada, entre estas instituições financeiras e a Companhia, um novo acordo para pagamento dos valores afiançados mediante retenção de percentual da receita bruta mensal, correspondente a 24% até junho de 2017 e 27% a partir desta data, com prazo máximo de 36 meses.

Em 30 de janeiro de 2017 foi protocolado pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida total, líquida da parte honrada pelos fiadores.

Em 03 de fevereiro de 2017, na mesma Vara Federal, foi protocolado petição inicial por parte da Companhia, com distribuição por dependência ao processo encaminhado pelo BNDES, requerendo a suspensão do vencimento da dívida até que uma das seguintes alternativas seja determinada: (i) o BNDES conceda a Companhia o financiamento de longo prazo, e efetue o desembolso da primeira parcela do mesmo; (ii) as partes renegociem os termos do financiamento e cheguem a bom termo, com a formalização deste consenso; ou (iii) na impossibilidade de ambos, ocorra o trânsito em julgado da sentença que determine o reequilíbrio contratual da relação jurídica travada entre as partes.

Em 08 de fevereiro de 2017, foi indeferido a tutela judicial de urgência requisitada na petição inicial protocolada no dia 03 de fevereiro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017 os referidos processos não sofreram alterações. A Companhia também capturou recursos por meio de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") junto ao BDMG no dia 2 de setembro de 2015, no valor de R\$25.000, com carência inicial de 8 (oito) meses. O empréstimo venceu em 15 de dezembro de 2016 e foi renegociado com as seguintes condições: prazo de pagamento de 36 meses com 6 meses de carência para o principal; custo da operação de CDI + 2,5% a.a.; início da amortização dos juros em janeiro/2017, forma de amortização SAC. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants".

12. Salários e obrigações trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	2.313	1.808
Encargos sociais e previdenciários	1.385	773
Provisão para férias	3.764	2.087
Gratificações e participações a pagar	2.513	3.822
Outros	-	1
	9.975	8.491

13. Obrigações fiscais

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS	654	-	863	-
COFINS	1.674	-	3.866	-
INSS	331	-	5.331	-
IRRF	41	-	994	-
CSRF	701	-	838	-
ISS	23.016	-	16.096	-
Parcelamentos	3.139	-	3.325	11.511
	29.556	-	31.313	11.511

a) Parcelamentos

Em 29 de maio de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituído em 04 de janeiro de 2017 pela Medida Provisória nº 766 e regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através da Instrução Normativa RFB nº 1.687 de 31 de janeiro de 2017. Nesse programa foram incluídos saldos de impostos próprios sobre o faturamento de competência de setembro de 2016, bem como os impostos retidos de ter-

ceiros (PIS, COFINS, IRRF e CSLL) atrasados de 2014 a 2016 e o parcelamento ordinário já existente. O montante elegível à adesão, vencido até 30 de novembro de 2016, totalizou no principal de R\$18.566 que, atualizado pela Selic, resultou no montante de R\$19.905 em maio de 2017. Desse saldo, 76% foi liquidado com prejuízo fiscal da TPI e o restante parcelado em 24 meses. A Companhia aguarda a segunda etapa do processo que consiste na consolidação da dívida pela Receita.

Em 28 de setembro de 2017 a Concebra aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído em 31 de maio de 2017 pela Medida Provisória nº 783 e regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.711 de 16 de junho de 2017. Nesse programa foram incluídos saldos do INSS retidos de terceiros incluídos no parcelamento simplificado em junho de 2017. O montante elegível à adesão, atualizado pela Selic resultou em setembro de 2017 em R\$5.805. Desse saldo, 92,5% foi liquidado com prejuízo fiscal da TPI e o restante parcelado em 5 meses. A Companhia aguarda a consolidação da dívida pela Receita Federal do Brasil.

31/12/2017

Ano	PIS	COFINS	IRRF	CSLL	Total
2018	509	2.347	160	123	3.139
	509	2.347	160	123	3.139

14. Outras obrigações

	31/12/2017	31/12/2016
Verba de fiscalização (i)	1.451	891
Segurança no trânsito (i)	1.021	1.532
Recursos para desenvolvimento tecnológico – RDT (i)	1.880	1.880
Outros	305	28
	4.657	4.331

(i) O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de "fiscalização", para cobertura de despesas nesse processo, "segurança no trânsito", que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e "recursos para desenvolvimento tecnológico - RDT", aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação.

15. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao ano de 2021 a 2024. Até o ano de 2016 foi descontado a valor presente à taxa interna de 14,12% e a partir de 2017 foi utilizado a taxa WACC de 8,24% a.a., conforme quadro abaixo:

	31/12/2016	Constituição a valor presente	Recomposição AVP	31/12/2017
Pavimentação de pistas, acostamentos e acessos	109.293	30.172	8.098	147.563
Canteiro central/faixa de domínio	428	108	29	565
Obras de arte especiais	2.103	581	155	2.839
Terraplenagem e estruturas de contenção	272	80	21	373
Drenagem/obras de arte correntes	6.816	1.880	503	9.199
Sinalização	20.374	5.637	1.508	27.519
Outros	101	22	7	130
	139.387	38.480	10.321	188.188

Após o início das atividades de cobrança de pedágio, a Companhia reconheceu a provisão para manutenção sobre as obras já entregues no resultado do ano no valor de R\$38.480 no grupo custos dos serviços prestados e R\$10.321 como ajuste a valor presente no grupo de despesas financeiras.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é representado por 380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

O cálculo básico e diluído de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(70.703)	(29.615)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – 380.000.000 básico e diluído		380.000.000
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,186)	(0,078)

c) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2016, a Companhia recebeu recursos no montante de R\$200 e em 2017 recebeu R\$26.500 da acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. a título de adiantamento para futuro aumento de capital, com objetivo de convertê-lo em capital social e, portanto, sem possibilidade de devolução.

17. Receitas operacionais, líquidas

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas:		
Receita de pedágios	385.482	350.691
Receita de construção	93.050	200.043
	478.532	550.734
Impostos sobre faturamento:		
(-) PIS sobre faturamento	(2.506)	(2.278)
(-) COFINS sobre faturamento	(11.564)	(10.521)
(-) ISS sobre serviços prestados	(19.274)	(17.536)
	(33.344)	(30.335)
Receita operacional líquida	445.188	520.399

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$93.050 (R\$200.043 em 2016) dos ativos da concessão medidos e realizados no ano findo em 31 de dezembro de 2017 que contempla aproximadamente 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no ano.

18. Custos dos serviços prestados e de construção

	31/12/2017	31/12/2016
Pavimentação	(86.892)	(101.772)
Desmobilização de obras (i)	-	(42.669)
Duplicação de pista	(35.234)	(12.944)
Edificações operacionais	(6.037)	(7.371)
Custo com empréstimos	(4.175)	(7.009)
Roçada e poda vegetal	(25.765)	(44.567)
Folha de pagamento	(36.015)	(35.015)
Obras de artes especiais	-	(4.975)
Elementos de sinalização e proteção	-	(987)
Sistemas de drenagem	-	(239)
Projetos	(3.466)	(6.275)
Terraplanagem e estruturas de contenção	-	(447)
Sistema de infraestrutura telefônica, radiocomunicação e televisão	(3)	(3.302)
Desapropriações para benfeitorias	(120)	(354)
Serviços tomados	(31.316)	(35.989)
Custos contratuais	(17.868)	(18.006)
Amortização	(21.102)	(15.272)
Provisão para manutenção	(38.480)	(32.854)
Outros	(19.696)	(17.255)
	(326.169)	(387.302)
Custo de construção	(90.692)	(194.976)
Custos dos serviços prestados	(235.477)	(192.326)

(i) Corresponde ao Instrumento Particular de Transação firmado com a Construtora Triunfo relativo a suspensão das obras do contrato EPC.

19. Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Prestadores de serviços	(3.958)	(3.300)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.285)	(895)
Provisões para demandas judiciais	(1.515)	(1.393)
Despesas gerais (*)	(7.272)	(7.556)
Outros	(584)	(80)
	(14.614)	(13.224)

(*) Substancialmente composta por gastos com rateio de despesas compartilhadas da controladora e gastos fixos como água, energia e internet.

20. Salários e encargos sociais

	31/12/2017	31/12/2016
Salários e remunerações	(4.355)	(7.180)
Encargos sociais e trabalhistas	(3.437)	(1.817)
Benefícios	(1.393)	(3.597)
Outras despesas com pessoal	(44)	(63)
	(9.229)	(12.657)

21. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

O valor dos honorários pagos à diretoria até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$3.928 integralmente reconhecido no resultado (R\$3.300 em 31 de dezembro de 2016 integralmente reconhecidos no resultado). Adicionalmente, a título de participação nos lucros foi realizado pagamento no exercício o valor de R\$607 reconhecidos no resultado na rubrica de salários e encargos sociais.

22. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está assim composto:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:		
Atualização monetárias de impostos	-	808
Descontos obtidos	277	89
Rendimento sobre aplicações financeiras	167	817
	444	1.714
Despesas financeiras:		
Juros e custo sobre financiamento	(34.190)	(85.270)
Juros e multa sobre empréstimo BNDES (i)	(144.331)	(28.278)
AVP provisão para manutenção	(10.321)	(14.134)
Juros sobre obrigações com fornecedores	(1.804)	(11.604)
Juros e multa sobre obrigações fiscais	(3.708)	(5.251)
Despesas bancárias	(443)	(369)
Outros	(677)	(2.888)
	(195.474)	(147.794)
	(195.030)	(146.080)

(i) Representado por provisão de multa e juros de inadimplência referentes ao empréstimo com BNDES, vencido desde o dia 15 de dezembro de 2016, bem como o custo de operação pela execução dos contratos de fiança descritos na Nota 11.

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízos fiscais e base negativa	25.691	5.013
Provisão para manutenção	40.538	23.946
Diferenças temporárias	2.443	1.819
	68.672	30.778

ii) Passivo

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo		
Imposto de renda e contribuição social		
Custos de empréstimos	13.389	11.969
Margem de construção	8.018	7.226
Outros	4.180	4.159
	25.587	23.354

b) Resultados do ano

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstrados abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Diferido		
Imposto de renda	26.216	11.217
Contribuição social	9.446	4.039
	35.662	15.256

O demonstrativo da apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(106.365)	(44.871)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	36.164	15.256
IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):		
Margem de construção (diferença temporária)	792	1.723
Provisão para manutenção	(16.592)	(15.975)
Custo com empréstimo	1.420	2.274
Constituição do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	14.380	11.978
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal	20.678	1.922
Outras adições e exclusões (provisões)	604	1.356
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do ano	35.662	15.256
Alíquota efetiva	34%	34%

A movimentação dos saldos patrimoniais segue abaixo:

Movimentação:	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Saldo em 31/12/2017
IRPJ/CSLL diferidos – Ativo	30.777	37.895	68.672
IRPJ/CSLL diferidos – Passivo	(23.354)	(2.233)	(25.587)
	7.423	35.662	43.085

24. Provisões para demandas judiciais

A Companhia está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas, levando em consideração a opinião de seus consultores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão em 31 de dezembro de 2017 para os processos prováveis no montante de R\$3.448 (R\$1.933 em 31 de dezembro de 2016).

Há ainda outras causas de natureza trabalhista e cível em andamento, nos montantes aproximados de R\$13.240 e R\$39.772 (R\$3.485 e R\$5.161 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos consultores jurídicos da Companhia. A causa de natureza cível está representada substancialmente por uma ação popular movida em julho de 2017 por um usuário da rodovia solicitando anulação da resolução 5.363/2017 da ANTT que determinou o aumento da tarifa de pedágio em 23/06/2017, ao alegar que o reajuste ocorreu sem o cumprimento de obrigações pela Concebra. O risco inicial, estimado como possível pelos assessores jurídicos, é de R\$30.000. O processo encontra-se em fase inicial e a defesa foi realizada, aguardando decisão judicial.

	31/12/2017	31/12/2016
	Provável	Provável
Trabalhista (a)	1.838	731
Cível (b)	527	821
Tributárias (c)	1.083	381
	3.448	1.933

(a) As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, horas *in itinere*, adicional de salubridade e periculosidade, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatício;

(b) As principais causas cíveis têm origem em solicitações de ressarcimento dos usuários quanto a sinistros ocorridos na faixa de domínio nas rodovias e em execução de títulos;

(c) Referente a liminar para exclusão dos valores de ISS da receita bruta na base de cálculo do PIS e COFINS.

25. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor da importância registrada	Prazo de vigência
Risco de responsabilidade civil, de engenharia e operacional	2.908.073	Abr/17 a mar/18
Garantia de execução da concessão	474.428	Em negociação
Risco de engenharia – duplicação	2.907.398	Abr/14 a mar/20

26. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

	2018	2019	2020	2021 a 2024	Total geral
Compromissos futuros:					
Recuperação da rodovia	95.061	65.308	-	26.712	187.081
Obras de arte	45.564	91.128	91.128	-	227.820
Obras de ampliação e melhorias	650.766	765.656	288.513	747.796	2.452.731
Manutenção da rodovia	-	-	-	-2.724.520	2.724.520
Obras de ampliação e melhorias	-	-	-	-1.239.034	1.239.034
Outras obras de aplicação e melhorias	50.000	50.000	-	50.000	150.000
Obras civis lançamento de fibra óptica	-	-	-	20.000	20.000
Gestão ambiental	37.603	23.276	23.276	78.354	162.509
Sistemas e equipamentos	-	2.229	-	207.061	209.290
Edificações	24.330	-	-	114.795	139.125
Veículos	1.190	6.953	1.540	49.690	59.373
Projetos/Ensaios/Estudos	2.812	1.962	1.964	151.321	158.059
Desapropriações	505	34	13	6.915	7.467
	907.831	1.006.546	406.434	5.416.198	7.737.009

Outros compromissos

Complemento contorno Goiânia	40.000	-	-	100.000	140.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	17.697	70.788
Obra de acesso ao aeroporto de Goiânia	-	-	-	25.000	25.000
	57.697	17.697	17.697	142.697	235.788
	965.528	1.024.243	424.131	5.558.895	7.972.797

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
 - Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
 - Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de interseções.
- Conforme mencionado na Nota Explicativa 14, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização
2018	10.404
2019	10.404
2020 até 2044	249.696
	270.504

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
- Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos - são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- Contas a receber - são classificadas como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.
- Contas a pagar - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica. A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2017 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

a) Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar

a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato específico, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada operação financeira realizada pela Companhia. Esse procedimento foi estabelecido a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

f) Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação.

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP.

Os CPC's 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2017, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2017, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras no ano de um ano, conforme segue:

Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
BNDES- TJLP + 2%,a.a.	773.772	773.772	773.772
Despesa financeira projetada	167.754	209.692	251.631
Varição	-	41.938	83.877
BDMG-CCB- CDI + 2,5%,a.a.	24.457	24.457	24.457
Despesa financeira projetada	3.040	3.800	4.560
Varição	-	760	1.520
BB-PONTE- CDI + 2,5%,a.a.	89.889	89.889	89.889
Despesa financeira projetada	11.173	13.966	16.760
Varição	-	2.793	5.587
BDMG-PONTE- CDI + 2,5%,a.a.	53.962	53.962	53.962
Despesa financeira projetada	6.708	8.385	10.062
Varição	-	1.677	3.354

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de encadramento em 31 de dezembro de 2017, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

Conselho de Administração

Carlo Alberto Bottarelli - Presidente do Conselho

Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz – Conselheiro Efetivo

Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho – Conselheira Efetiva

João Villar Garcia – Conselheiro Efetivo

Diretoria Executiva Estatutária

Odenir José Sanches – Diretor Presidente

Daniel Severo Amaral- Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo Junqueira Victorelli – Diretor de Operações

Contador

Fabiola Aleixo da Silva - CRC GO-023578/O-9

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Goânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, onde indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$70.703 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$925.163 mil. A Companhia necessita obter recursos financeiros significativos de seus acionistas ou de terceiros, para cumprir com os compromissos assumidos com o programa de concessão, conforme descrito na Nota Explicativa 26 e com as instituições financeiras contratadas. Conforme apresentado na Nota Explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida Nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do ativo intangível

Conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia possui R\$1.489.782 mil registrado na rubrica do ativo intangível. A Companhia reconhece e mantém esses ativos registrados na medida em que haja indicativos de que os mesmos sejam integralmente recuperáveis ao longo da vida útil com base nos fluxos de caixa futuros descontados. A Administração avaliou a recuperabilidade desses ativos por meio da elaboração de projeções de fluxo de caixa futuro do período de concessão utilizando premissas subjetivas e julgamentos nos cálculos das projeções. Existe o risco de que as premissas utilizadas pela Administração estejam inapropriadas e, consequentemente, conclusões sobre a necessidade de ajustes ao valor recuperável podem estar incorretas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, como curva de tráfego projetada até o final do prazo da concessão, tarifas de pedágio e o desempenho de economia brasileira.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à recuperabilidade do ativo intangível.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo intangível, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.7 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos indevidos no ativo intangível de concessão

A mensuração do ativo intangível é afetada por elementos subjetivos, devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de despesas no ativo intangível como área significativa de auditoria. As divulgações deste item estão incluídas nas notas explicativas 3.6 e 9 às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos critérios de capitalização de ativo intangível das concessões; (ii) testes sobre as adições ao ativo intangível de concessões em base amostral, incluindo análises com a área de engenharia; (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão; e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.6 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As divulgações deste item estão incluídas nas notas explicativas 8 e 9 as demonstrações financeiras.

Avaliamos as transações com partes relacionadas um dos principais assuntos de auditoria considerando a possibilidade de que ocorram transações que não estejam acordadas ou registradas por valores adequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o exercício de 2017; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de contratos, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações com partes relacionadas pelo Conselho de Administração de acordo com a política da Companhia; e (iv) realização de procedimentos de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas nas notas explicativas acima mencionada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que a política de transações com partes relacionadas adotada pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 14 de março de 2018.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. Wagner dos Santos Júnior

CRC-1SP015199/O-6

Sócio – Contador CRC-2SP-216386/O-T